



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE HOSPITALAR NO CERNE DAS CONTRADIÇÕES CAPITALISTAS

LUIZA HELENA DOS SANTOS NOGUEIRA¹

TAYANY VIEIRA DA SILVA²

REGINALDO PEREIRA FRANÇA JÚNIOR³

RESUMO

O texto busca a compreensão sobre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais na saúde a partir de uma reflexão pautada na tradição marxista sobre trabalho. Por meio da análise das características e dos determinantes históricos do trabalho desse profissional na área da saúde, será desvelada a realidade tensionada pelo contexto neoliberal e marcada pela regressão dos direitos sociais.

Palavras-chave: Trabalho; Assistentes sociais; Contexto neoliberal.

ABSTRACT

The text seeks to understand the professional work of social workers in health based on a reflection based on the marxist tradition on work. Through the analysis of the characteristics and historical determinants of this professional's work in the health sector, the reality tensioned by the neoliberal context and marked by the regression of social rights will be revealed.

Keywords: Work; Social workers; Neoliberal context.

INTRODUÇÃO

O processo evolutivo da sociedade é marcado por inúmeras determinações sociais, ocasionando modificações não só nas formas de produção como também na relação do homem com o trabalho. A reciprocidade e as formas de cooperação que constituem a atividade do

¹ Universidade Estadual do Ceará

² Universidade Estadual do Ceará

³ Universidade Estadual do Ceará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho e trazem em si mesmas uma potência humanizadora foram recobertas pela lógica da acumulação de capital e obtenção de lucros, adquirindo, assim, a condição social de atividades negadoras da humanidade do homem/mulher que trabalha. O lucro se sobrepõe ao humano e subordina o homem enquanto desenvolve sua atividade essencial.

No capitalismo, merece destaque o período e as ocorrências que dão origem a atual fase aqui chamada de capitalismo contemporâneo. Este surge com a crise que emerge no sistema capitalista mundial na década de 1970, crise esta que exigiu a reestruturação do modelo capitalista, isto é, o sistema necessitou reformular as formas até ali vigentes de produção e acumulação de capital. A adoção de uma mão-de-obra multifuncional, a produção conforme a demanda, a adoção de métodos e técnicas flexíveis foram algumas dessas exigências.

Essas transformações também repercutiram no trabalho e no cotidiano da categoria de assistentes sociais que, assim como outras categorias profissionais, foram submetidos às redefinições das formas de intervenção do Estado.

Nesse contexto, é necessário que o profissional perceba que sua atividade se encontra no cerne das contradições capitalistas e tensionado pelo contexto neoliberal, compreendendo os limites e possibilidades postos para sua atividade mediante sua realidade.

Nesse artigo buscaremos compreender o trabalho profissional dos/as assistentes sociais na saúde a partir de uma reflexão pautada na tradição marxista sobre trabalho. Para isso, tomaremos como referência o trabalho profissional dos/as assistentes sociais nas unidades hospitalares. Sendo assim, compreendemos ser necessária a reflexão acerca das características do trabalho, dos determinantes históricos e das particularidades do trabalho profissional do/a assistente social.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e cunho bibliográfico, isto é, desenvolvido com base em material já elaborado, pois, de acordo com Gil (2002), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2002, p.45). Ademais, compreendemos que a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto e, assim, essencial para a construção do conhecimento (Netto, 2011).

Ressaltamos que este artigo é fruto das reflexões e produções acadêmicas das autoras e que se baseiam quase que exclusivamente em fontes impressas (livros), selecionados a partir de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

suas relevâncias. Optamos por esse tipo de abordagem, pois consideramos as fontes confiáveis e as análises mais robustas. Sendo assim, destacamos que os livros foram acessados a partir dos acervos pessoais das autoras e escolhidos pela relevância, reconhecimento dos autores (vinculados à tradição marxista) e da abordagem direta do tema estudado.

As informações foram obtidas mediante leitura analítica e manualmente anotadas para a posterior elaboração deste artigo. Ressaltamos que compreendemos esse estudo como uma totalidade. Ademais, consideramos que a discussão acerca do trabalho profissional do assistente social é relevante para que sejam mantidas as conexões entre os princípios éticos, competências e atribuições privativas.

1. A CATEGORIA TRABALHO EM FOCO

O trabalho é categoria fundante do ser social. É, como define Marx (2013, p. 255), “antes de tudo, um processo entre homem e natureza, processo este que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Portanto, o trabalho possibilita que o homem, em contato com a natureza e no processo de transformá-la, satisfaça as suas necessidades. Nesse sentido, o trabalho realiza uma ruptura ontológica entre o ser natural e o ser social, cabendo destacar que isso não significa a extinção da relação entre eles, pois a troca com a natureza, na perspectiva marxiana, é uma lei eterna do devir humano.

Para Marx (2013), o que diferencia o trabalho, do ponto de vista ontológico, de qualquer atividade natural desenvolvida por outros seres é o ato de o homem idealizar o resultado final do trabalho, antes de sua objetivação. Assim sendo:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final o processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (Marx, 2013, p. 255, 256).

Essa prévia-ideação, ao ser colocada em relação direta com a natureza, acaba por se materializar num objetivo, ou seja, acaba por ser objetivada. Por conseguinte, nesse processo de transformação da natureza para se atingir um objetivo previamente idealizado, o homem acaba



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

adquirindo novos conhecimentos e habilidades, contribuindo para que os conhecimentos obtidos sejam universalizados, bem como possibilitando o desenvolvimento da sociedade na qual está inserido (Netto; Braz, 2012). Lukács (2012, p. 286) sintetiza esse duplo caráter do trabalho ao concluir que “por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes e sujeita as forças da natureza a seu próprio domínio”. Assim sendo, conclui-se que o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada e conduzida pelo sujeito a um determinado objetivo

Para Barroco (2010), é por meio do trabalho que são desenvolvidas mediações que corroboram para diferenciar o ser social dos outros seres da natureza, dentre essas estão a sociabilidade, consciência, universalidade e a liberdade. Para a autora, o trabalho é uma atividade voltada para responder necessidades sócio-históricas, não sendo fruto apenas de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens.

Os autores Lessa; Tonet (2011) reforçam a reflexão de Barroco quando afirmam que o trabalho, sob a perspectiva marxiana, contribui para o processo de humanização do homem, uma vez que, por meio dele, os homens criam as condições para que se construam como indivíduos.

Observamos como a evolução do homem está intrinsecamente mediada e determinada pelo trabalho e que este, ao longo da história da humanidade e com o desenvolvimento das forças produtivas, foi se aperfeiçoando, diversificando-se, ampliando as atividades e em um determinado momento histórico — tendo como base a propriedade privada dos meios de produção, a divisão de classes sociais e a exploração do homem pelo homem — , a sociedade capitalista é consolidada.

Na sociedade capitalista, o trabalho foi transformado em mera atividade de subsistência, fazendo com que aqueles que não possuem os meios de produção necessitem vender a sua força de trabalho para, assim, garantir a satisfação de suas necessidades imediatas.

Para Netto; Braz (2012, p.113), a força de trabalho apresenta “[...] uma qualidade única, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: ela cria valor — ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa”. Posto isso, observa-se que na relação entre os donos dos meios de produção (capitalistas) e a classe trabalhadora, há, por parte dos primeiros, a busca incessante por maior lucratividade, advindo daí a exploração do máximo da força de trabalho. Logo, o homem ao vender sua força de trabalho se transforma em uma mercadoria e ao deixar de se identificar ou reconhecer o produto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do seu trabalho na sua completude, torna-se alienado.

Marx (1967) contempla o conceito de trabalho alienado como uma atividade externa ao trabalhador e, em decorrência disso, ele não se realiza nessa atividade, trazendo desconforto ao invés de bem-estar. O seu trabalho é apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Valendo-se da concepção de Mézaros sobre o conceito de alienação em Marx, Lemos (2007, p. 31) apresentou quatro aspectos principais que se apresentam o conceito em questão: “1) o homem alienado da natureza, 2) o homem alienado de si mesmo (de sua própria atividade), 3) o homem alienado de seu ser genérico (membro da espécie humana), 4) o homem alienado do homem (dos outros homens)”.

O primeiro aspecto trata do estranhamento do trabalhador em relação ao produto, pois este se torna algo externo a ele – a criatura ganha autonomia perante o criador e até o domina. O segundo diz respeito ao próprio exercício do trabalho que, podendo ser sinônimo de satisfação torna-se mera obrigação, justificando-se apenas pela necessidade de o indivíduo obter os meios de vida nas condições da sociedade capitalista. Marx (2004) denomina a primeira característica de “estranhamento da coisa” e a segunda de “autoestranhamento”. Já na terceira característica da alienação o homem não se reconhece no coletivo, apenas no plano individual, distanciando-se cada vez mais da sua humanidade. E o quarto aspecto trata da alienação do homem em relação aos demais indivíduos, retratando a característica apoteótica capitalista: a exploração do homem pelo homem.

Em síntese, Marx apresenta alienação como manifestações de estranhamento e de afastamento do homem em relação a natureza, aos objetos que cria, ao processo de criação, a si mesmo e aos demais homens com quem vive em sociedade.

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe, independente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica. (Marx, 2008, p.160).

Desnuda-se, portanto, a contradição da sociedade capitalista, em que os trabalhadores vendem a sua força de trabalho por baixos salários, geram acumulação de riqueza e mais-valia para os donos dos meios de produção e não têm acesso aos resultados dos produtos por eles (trabalhadores) produzidos. Portanto, “[...]cria-se uma cisão entre o sujeito e o objeto, uma relação de estranhamento que permite a (re) produção de relações sociais nas quais a riqueza humana socialmente construída não é apropriada material e espiritualmente pelos indivíduos que a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

construíram” (Netto; Braz, 2012, p.35).

Para Antunes (2022), no capitalismo a produção de bens não busca atender as necessidades humano-sociais, pois está voltada para a criação de valores de uso (lucro). Dentro dessa lógica, o sistema do capital apresenta necessidade frequente de expansão a fim de conseguir extrair de forma crescente mais-valor. Essa contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada leva o sistema capitalista à crise. Desta feita, compreende-se que as crises são inerentes a esse sistema e tentativas de soluções momentâneas para equilibrá-lo (Carcanho, 2011).

Nesse sentido, observa-se que mesmo marcado e determinado por contradições e desigualdades, e apesar de suas crises cíclicas, o capitalismo, ao longo dos últimos dois séculos, foi se consolidando. França Júnior (2021) destaca uma mudança específica do capitalismo no final da década de 1970, decorrente do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista e que assinala uma nova fase do capital, trazendo em seu bojo o processo de reestruturação produtiva, o neoliberalismo e profundas determinações nos processos de trabalho.

No Brasil, o neoliberalismo, caracterizado como um projeto político, social, ideológico e econômico que atende aos interesses do capital, ganhou espaço no início da década de 1990, entrando em colisão direta com a recém-promulgada Constituição Federal (CF/1988).

Entre as atividades propostas pelo receituário neoliberal, propagou-se a necessidade de reformas do Estado com a finalidade de contenção da crise econômica e social vivenciada no Brasil. Behring; Boschetti (2011, p. 148) advertem sobre a intenção dessas reformas, pois, de acordo com as autoras:

Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros - a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada-, estaria aberto o caminho para o novo projeto de modernidade (Behring; Boschetti, 2011, p.148).

Para além das reformas, ao Estado cabe também intervir em diversas esferas de reprodução do capital. Todavia, se de um lado o capital exige do Estado intervenções nas variadas esferas de reprodução, do outro realiza uma “[...]intensa campanha ideológica de desconstrução do Estado e de ‘tudo que é estatal’, acompanhada de satanização do Estado e supervalorização do mercado e de ‘tudo que é privado’[...]” (Raichelis, 2010, p.763). Assim, observa-se como o Estado coloca-se a serviço do capital, atendendo às suas necessidades e exigências e distanciando do que realmente deveria ser o seu papel na garantia dos direitos da população.

Frente a esse quadro e a inadiável implementação do chamado projeto de modernidade no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Brasil, nos anos 1990, vivenciou-se, ao mesmo tempo, as desregulações nas diversas esferas do mundo do trabalho e da produção, assim como uma significativa reestruturação produtiva nas esferas industriais e de serviço (Antunes, 2015). Nas décadas seguintes, o neoliberalismo adentrou todas as esferas da vida; o mercado nacional se tornou de grande interesse das empresas estrangeiras, os serviços públicos sofreram os impactos do processo de reestruturação e de subordinação ao mercado, e as privatizações das estatais se tornaram frequentes.

Dentro dessa lógica neoliberal, a classe trabalhadora também foi atingida, pois, conforme assinala Antunes (2022, p. 27), “o sistema metabólico do capital não pode prescindir do trabalho (porque sem ele não existe riqueza social), resta-lhe depauperar, dilapidar, corroer e destroçar a força humana de trabalho, sem, entretanto, eliminá-la completa e cabalmente.”

Para o autor (2022, p. 79), “as mudanças no mundo do trabalho afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada”, o que colabora para que os trabalhadores não se percebam como uma única classe, para que não se reconheçam como produtores da riqueza, tampouco que compreendam que estão submetidos à exploração do trabalho, a baixos salários, a condições precárias de vida, a miséria, fome, etc.

1.1 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS EFEITOS NA CLASSE TRABALHADORA

Nessas mudanças no mundo do trabalho, novas formas (ou reformulações) do trabalho são impostas à classe trabalhadora, ampliando-se as terceirizações, o trabalho temporário, a precarização exacerbada, a informalidade e o desemprego. Somando-se a isso, nos últimos anos, ganharam força as reformas estruturais promovidas pelos governos e que atingiram fortemente a classe trabalhadora, tanto no que concerne às formas de exploração do trabalho, quanto em seus direitos sociais. Dentre elas, em 2016, após o impeachment (golpe) da presidenta Dilma Rousseff e ascensão de seu vice (Michel Temer), foi implementada a Emenda Constitucional nº 95, chamada de PEC da morte, cujo objetivo central era realizar o congelamento dos investimentos públicos por vinte anos, atingindo em cheio a Seguridade Social e, conseqüentemente, a população brasileira.

Em 2017, Temer realizou a reforma trabalhista com o pseudo-objetivo de combater o desemprego gerado pela crise econômica. Entretanto, o que de fato ocorreu foram mudanças estruturais que mais uma vez vilipendiaram os trabalhadores. Por meio dessa reforma, o poder de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mediação e negociação dos sindicatos foi reduzido, passando a ser diretamente entre empregador e empregado. Ademais, as flexibilizações das relações de trabalho se tornaram mais intensas, o trabalho intermitente foi legalizado, as terceirizações se tornaram irrestritas e a informalidade, com a total ausência de direitos, tornou-se uma *alternativa* para os desempregados.

A situação vivenciada no país, o sentimento de repulsa à esquerda (mais especificamente ao Partido dos Trabalhadores — PT), o avanço do conservadorismo e o apoio das mídias e do empresariado construíram as bases para a eleição, em 2018, de Jair Messias Bolsonaro (Antunes, 2022).

Em 2019, a pandemia do coronavírus (COVID-19) eclodiu e exigiu do mundo a adoção de medidas de enfrentamento, iniciando-se, em âmbito global, uma corrida frenética para o desenvolvimento de vacinas e controle da disseminação do vírus. Na contramão do discurso adotado globalmente, o governo Bolsonaro adotou um posicionamento negacionista, questionando a ciência e a gravidade da propagação do vírus.

No início de 2020, a pandemia chegou ao país em meio a uma profunda crise econômica, ética e política, com investimentos públicos congelados e, conseqüentemente, mais precarização das políticas sociais e privatização de serviços. Todos esses fatores e a inaptidão do Governo Federal na condução da crise sanitária levaram milhares de pessoas à morte, especialmente aquelas mais vulneráveis.

A pandemia da Covid-19 acentuou a crise econômica vivenciada, atingindo, nos termos de Antunes (2022, p. 24), a “classe -que-vive-do-trabalho”. A proposta de isolamento social para conter a disseminação do coronavírus não conseguia ser cumprida pela classe trabalhadora destituída de direitos, como: trabalhadores informais, terceirizados, intermitentes, uberizados, etc., os quais não podiam paralisar as suas atividades, pois se assim fizessem, comprometeriam a própria sobrevivência.

Ademais, a pressão pela retomada das atividades, para não *comprometer* ainda mais a economia, obrigou trabalhadores a voltarem aos seus postos de trabalho, demonstrando o verdadeiro descaso que o capitalismo tem com a vida dos seres humanos. Acerca disso, Antunes ressalta:

O capitalismo brasileiro, a sociedade política e o Estado, todos um tanto quanto *predadores*, e tão sequiosos no cumprimento do ideário e das pragmáticas dos capitais, não lhes preservam o direito essencial à vida [...] A constatação se evidencia: vivemos um capitalismo acentuadamente destrutivo, responsável por uma corrosão ilimitada dos direitos sociais do trabalho, e cujo resultado é uma massa imensa de indivíduos sem trabalho, sem salário, sem previdência e sem sistema de saúde pública abrangente (Antunes, 2022, p. 42, 43).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Observa-se que no capitalismo a classe trabalhadora é sempre atingida e penalizada, mesmo em períodos em que deveria ser protegida, pois o capital utiliza de artifícios para apontá-la como onerosa, e os direitos assegurados, como empecilhos ao *pleno* desenvolvimento econômico. Para o capital, reduzir (ou acabar) com os direitos trabalhistas e sociais é a forma de se garantir a maior exploração do trabalhador e, por conseguinte, ampliar a lucratividade. Essa lógica expõe os trabalhadores a situações de extrema vulnerabilidade social e econômica que os levam a um processo de pauperização.

Assim, entende-se que o processo de acumulação de capital não se apresenta como parceiro da equidade social, uma vez que o primeiro promove o aprofundamento da desigualdade. Posto isso, Iamamoto (2015, p. 156) traz à tona a discussão acerca da origem da *questão social*⁴ na sociedade de classes destacando que ela “deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação das suas necessidades vitais”.

Para Iamamoto (2005), o avanço do capitalismo implica agravamento das expressões da *questão social*, as quais passam a exigir do Estado ações para além da coerção. É nesse contexto que surgem as políticas sociais como “desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento — em geral setorializadas e fragmentadas — às expressões da questão social no capitalismo” (Behring; Boschetti, 2011, p. 51).

As políticas sociais, embora apresentem certa fragilidade no que concerne a sua efetividade, são mediações utilizadas para possibilitar o acesso das classes subalternas aos serviços sociais públicos. Raichelis (2010) sintetiza o significado das políticas sociais ao afirmar que:

As políticas sociais, como mediação fundamental da ação do Estado, viabilizam uma intervenção continuada e estratégica sobre as sequelas da *questão social*, levando o aparelho estatal a desenvolver simultaneamente funções econômicas, políticas e sociais, administrando as contradições e buscando um sistema de consensos em busca de legitimidade social. (Raichelis, 2010, p.755).

Observa-se que a ação do Estado, para responder a crescente pobreza e a desigualdade

⁴ “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Iamamoto, 2005, p. 27).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

social, foi fator decisivo para a constituição e a consolidação do Serviço Social como profissão, fato destacado por Lamamato (2005, p. 23) ao afirmar que, “[...]é quando o Estado se amplia, nos termos de Gramsci, passando a tratar a *questão social* não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional”. Verifica-se assim que o objeto de trabalho do Serviço Social é a *questão social* que se configura como produto das contradições do modo de produção capitalista.

2. A CONJUNTURA NEOLIBERAL E O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE HOSPITALAR

O Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo e tem na *questão social* a base de sua fundamentação. É, conforme ressalta Raichelis (2018, p. 32), “[...] resultado de relações sociais contraditórias engendradas pelo capitalismo dos monopólios[...]”. Como profissão, tem seu reconhecimento diretamente associado à área da saúde por meio das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 218 de 06 de março de 1997, e do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nº 383, de 29 de março de 1999 e os Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Política de Saúde. Entretanto, ressaltamos que embora o Serviço Social detenha esse reconhecimento como profissão da saúde, o assistente social atua em diversos espaços e políticas.

Inicialmente, torna-se relevante destacarmos que a inserção dos assistentes sociais na saúde se deu na década de 1940, com o objetivo de contribuir com o trabalho médico. Os assistentes sociais e outros profissionais eram identificados como paramédicos e tinham suas atuações subordinadas aos médicos. Nos hospitais, ainda no período em alusão, o Serviço Social surge com a função de promover a conexão entre a unidade de saúde, a família e o “cliente”, cabendo ressaltar que nesse período o serviço de saúde ainda estava em processo de construção e a atuação profissional apresentava-se vinculada aos pressupostos positivistas (Matos, 2017).

Nos anos seguintes, mais especificamente na década de 1960, surge na América Latina e no Brasil um movimento interno à profissão: o movimento latino-americano de reconceitualização do Serviço Social. Tal movimento se desenvolveu de maneira diversificada nos países em virtude das conjunturas política e social, sendo somente a partir dos anos 1970 que o Serviço Social passa a iniciar as discussões no tocante à ruptura com práticas tradicionais. Paralelamente a esse momento, no Brasil, o movimento sanitário ganhava força, buscando romper com o modelo

médico-assistencial privatista (Matos, 2017).

Com o advento da Constituição Federal de 1988 – CF/1988 — decorrente de pressões e lutas sociais e políticas — , a saúde passou a integrar, juntamente com a previdência e assistência social, a chamada Seguridade Social. Assim, a saúde passou a ser definida como “direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988). Para a operacionalização das ações e serviços da política de saúde foi instituído por meio da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990 o Sistema Único de Saúde — SUS.

Desde a concepção da CF/1988, dois projetos antagônicos para a saúde disputam espaço na sociedade brasileira e trazem para os assistentes sociais demandas diferentes. O primeiro, identificado como projeto privatista, segue o receituário neoliberal e demanda dos assistentes sociais uma atuação com viés psicossocial, a realização de seleções socioeconômicas e ações fiscalizatórias. O outro, Reforma Sanitária, relaciona-se diretamente com o projeto profissional dos assistentes sociais, requisitando a condução de ações voltadas para a democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde, estímulo à participação popular, aproximação das unidades de saúde à realidade e o trabalho interdisciplinar. (CFESS, 2010). Importa ressaltar que, conforme Matos (2017), é somente a partir dos anos 1990 que os assistentes sociais passam a incorporar os princípios da reforma sanitária, os quais, em sua maioria, estão vinculados aos princípios do SUS.

Convém enfatizar que no que tange às atribuições e as competências dos assistentes sociais, o CFESS (2010) afirma que são orientadas/norteadas por direitos e deveres estabelecidos pelo Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão, cabendo aos profissionais e às instituições empregadoras a observância e o respeito a estes documentos normativos. Ademais, o conjunto CFESS/CRESS, por meio do documento “Parâmetros de atuação do assistente social na saúde”, traz à tona a necessidade de apreensão de alguns conceitos para o trabalho profissional, dentre eles estão a concepção de saúde, participação social, intersetorialidade, interdisciplinaridade e integralidade, demonstrando a conexão com o movimento sanitarista.

Contribuindo com essas reflexões, Matos (2017) destaca que nos serviços de saúde os assistentes sociais não desenvolvem um trabalho profissional que seja exclusivo para esta área, todavia o autor não nega a existência de particularidades as quais demandam do profissional



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma melhor compreensão acerca dos determinantes da política de saúde, bem como de seus rebatimentos no trabalho do assistente social e na vida dos usuários.

Para além dos conceitos contidos no documento supracitado, quatro eixos de atuação do assistente social na esfera da saúde são apresentados: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional (CFESS, 2010). Tais eixos de atuação demandam do profissional a capacidade de propor, investigar a realidade e mediar ações diretas com os usuários, a fim de possibilitar que estes tenham acesso aos seus direitos.

Sendo assim, é necessário elucidar que os assistentes sociais que estão inseridos nas unidades hospitalares, em sua maioria, trabalham em escalas de plantões e tem no seu cotidiano profissional um grande volume de demandas emergenciais.

Acerca dos plantões, Vasconcelos (2009) reflete sobre a postura passiva dos profissionais os quais, segundo a autora, movimentam-se de acordo com as demandas da instituição e dos usuários, com destaque para as seguintes atividades: acesso aos serviços da unidade, orientações diversas, reclamações, encaminhamentos para outros equipamentos e preenchimento de formulários/cadastros. Tal passividade dos assistentes sociais acaba por implicar na qualidade, quantidade, caráter, tipo e direção do trabalho realizado. Assim, a autora expõe que o plantão não se caracteriza como uma atividade planejada e organizada, o que acaba por reduzir o trabalho dos assistentes sociais a ações burocráticas, imediatas, isoladas e assistemáticas.

Observamos que o cotidiano profissional dos assistentes sociais no âmbito hospitalar é marcado por atividades emergenciais como se “[...] fosse isento da teoria, de uma racionalidade, da necessidade de indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política e social” Guerra (2017, p.55). Sendo assim, o assistente social necessita estar atento, uma vez que no cotidiano não se exige o acionamento de todo o seu conhecimento, o que o leva a realizar atividades de forma automatizada, rotineira e sem reflexão. Isso revela a necessidade de o profissional manter-se sempre atualizado e incorporando novos conhecimentos para garantir o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população

Contribuindo com a reflexão acima, Sodré (2010, p.460) destaca que os assistentes sociais no hospital precisam estar atentos para não “[...] repetir o modelo de produ o de massa[...] Aquele arquétipo resumido em uma sala, um livro preto, um assistente social e uma agenda antiga com contatos desatualizados”. Essa reflexão encontra respaldo no que diz o CFESS (2010) acerca das a oes desenvolvidas pelos assistentes sociais em todos os espaços de trabalho na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

saúde, pois estes profissionais devem:

Transpor o caráter emergencial e burocrático, bem como ter uma direção socioeducativa por meio das reflexões com relação às condições sócio-históricas a que são submetidos os usuários e mobilização para a participação nas lutas em defesa da garantia do direito à Saúde (CFESS, 2010, p.43).

Nesse sentido, o CFESS (2010) esclarece que os assistentes sociais precisam ter clareza de suas atribuições e competências para estabelecer prioridades de ações e estratégias a partir de demandas apresentadas pelos usuários, de dados epidemiológicos e da disponibilidade da equipe de saúde para ações conjuntas. Sendo assim, o CFESS (2010) apresenta um rol de atividades que podem ser desenvolvidas pelos assistentes sociais no âmbito hospitalar e que se relacionam ao atendimento direto aos usuários, isto é, ao desenvolvimento de ações socioassistenciais, de articulação interdisciplinar e socioeducativas, as quais demandam a democratização das informações por meio de orientações individuais e coletivas, encaminhamentos, construção do perfil socioeconômico dos usuários, mobilização da rede de serviços, implementação de protocolos para organizar o trabalho profissional, formular estratégias de intervenção profissional, subsidiar a equipe de saúde e emitir manifestação técnica em matéria de serviço social, divulgação de materiais socioeducativos, entre outros.

Diante dessas inúmeras atividades, as quais vão além de um trabalho burocrático e rotineiro, nota-se a importância do assistente social inserido no campo da saúde buscar a “incorporação dos conhecimentos e das novas requisições da profissão, articulados aos princípios da Reforma Sanitária e ético-político do Serviço Social” (Mota *et.al*, 2009, p. 213), pois tais atividades demandam do profissional respostas qualificadas. Além disso, é preciso que a formação profissional esteja voltada para a compreensão da realidade, bem como dos desafios que surgem no cotidiano.

Outro aspecto se revela importante no que se refere ao trabalho dos assistentes sociais: a conjuntura histórica e política, pois para lamamoto (2005):

Não se reduz a *um pano de fundo* para que se possa, *depois*, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais (lamamoto, 2005, p. 19).

Portanto, não se pode desconsiderar que o assistente social, sendo também integrante da classe trabalhadora, tem seu labor impactado e determinado pela política neoliberal, uma vez que o aprofundamento dessas medidas intensificam não só a precarização da atividade desse trabalhador assim como também das políticas sociais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

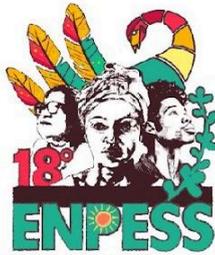
Como observado, o Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo e participa tanto dos processos de reprodução do capital quanto das respostas às necessidades da classe trabalhadora (Iamamoto, 2005; Yazbek, 2009). Assim sendo, o trabalho profissional do assistente social é necessariamente polarizado/tensionado pela relação de classes sociais, não sendo possível concebê-lo sem essa compreensão.

Ademais, embora o Serviço Social seja uma profissão liberal, tradicionalmente depende das instituições empregadoras nas quais dispõe de uma “*relativa autonomia* no exercício do seu trabalho” (Iamamoto, 2005, p.70). Nesse sentido, o trabalho profissional do(a) assistente social está diretamente entrelaçado aos limites e às possibilidades institucionais. Sendo assim, é indispensável que os assistentes sociais inseridos nos hospitais tenham compreensão do seu espaço de trabalho, da dinâmica institucional, das demandas que chegam ao serviço, das necessidades apresentadas pelos usuários e como a política social se operacionaliza na instituição para que as ações profissionais e institucionais não se confundam, já que apresentam naturezas distintas (Mito, 2014).

Além disso, é relevante que o assistente social consiga perceber que, no momento presente, o seu trabalho profissional está tensionado pelo contexto neoliberal. Portanto, marcado por um regressão dos direitos sociais em favor da economia política do capital, uma vez que o projeto neoliberal submete os direitos sociais à lógica orçamentária, condicionando o dever legal à disponibilidade de recursos (Iamamoto, 2015).

Posto isso, conclui-se que a conjuntura atual, marcada pela crise do capital, pelas contrarreformas e pelo acirramento das contradições/desigualdades sociais e econômicas, é fator determinante, não podendo ser preterida pelo assistente social, tanto no que concerne ao seu trabalho profissional nas mais diversas políticas sociais, quanto no que tange as suas condições de trabalho. Nesse sentido, o fortalecimento do projeto ético-político profissional no cotidiano do trabalho do assistente social é imprescindível e deve se contrapor à difusão dos valores liberais que geram desesperança, conformismo e encobrem a apreensão da dimensão coletiva das situações sociais presentes na vida dos indivíduos e grupos (CFESS, 2010).

Entendemos, assim, que a discussão acerca do trabalho profissional do assistente nos diversos âmbitos/políticas é relevante para que a categoria possa se manter conectada aos princípios éticos, competências e atribuições privativas, garantindo a qualidade dos serviços



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

prestados à população.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARROCO, M.L.S. **Ética e serviço social:** fundamentos ontológicos. 8ªed. São Paulo:Cortez, 2010.

BEHRING, E.,; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1, p. 18055-18059.

CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. In: **Crítica e Sociedade:** revista de cultura política. v.1, n.3, Edição Especial-Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros de atuação do Assistente social na saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

FRANÇA JUNIOR, R. A crise estrutural do capital, as relações Estado-sociedade e o mito do terceiro setor. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.142, p. 366-385, set./dez 2021.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social:** desafios contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M, V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LEMOS, Denise Vieira da Silva. **Alienação no trabalho decente? O professor no centro da contradição**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Ciências Sociais. Salvador, 2007.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Trad. Octavio Alves Velho. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo. Boitempo, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, M. C. **Serviço Social, Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2017.

MIOTO, R.C.T.; NOGUEIRA, V.M.R. Sistematização, Planejamento e Avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. In: MOTA, A.E et.al. **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. São Paulo, Cortez, 2014. P. 273-309.

MOTA, A. E.; BRAVO, I. S.; UCHÔA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. **Serviço Social e Saúde**. Formação e trabalho profissional. 4ª edição, Cortez, 2009.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS R. et al. (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELLIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 104, out/dez. 2010.

SODRÉ, F. Serviço Social e o campo da saúde: para além dos plantões e encaminhamentos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.103, p. 453-475, jul/set.2010.

TONET, I; LESSA, S. **Introdução à filosofia de Marx**. Expressão Popular, 2011.

VASCONCELOS, A.M. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. In: MOTA, A.E. **Serviço**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4. Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS (Org.) **Serviço Social direitos e competências profissionais**. Brasília: CEPEDES/UNB, 2009.